



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gabinete do Prefeito

MENSAGEM DE Nº 005/2020

Ao Ilmo. Sr.

Ângelo Cesar Lucas

Presidente da Câmara Municipal de Cariacica/ES

Rodovia BR 262, KM 3,5, s/nº, Campo Grande, Cariacica, ES

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, bem como seus pares, encaminhamos para análise a minuta do Projeto de Lei que “Institui normas de parcelamento e pagamento de créditos do Município de Cariacica inscritos em dívida ativa”.

Inicialmente, cumpre registrar que os artigos 1º ao 9º, da Lei Municipal nº 5.325, de 30 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o plano de parcelamento dos débitos para com a Fazenda Pública Municipal denominado – “Cariacica em Dia”, foram revogados pela Lei Municipal nº 5.985, de 23 de maio de 2019. Veja-se:

Art. 9º Ficam revogados os artigos 1º ao 9º da Lei nº 5.325, de 30 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Parcelamento dos Débitos para com a Fazenda Pública Municipal, denominado “Cariacica em Dia”.

Assim, ultrapassada a vigência da Lei nº 5.985, de 2019, o Município não contará com previsão legal para possibilitar o parcelamento de dívidas do contribuinte, o que certamente prejudicará o Município face a sua arrecadação.

Ressalte-se que a atualização dos valores em juros e multa consiste em obstáculo para a liquidação do débito, principalmente para os menos favorecidos economicamente, que muitas das vezes não possuem recursos disponíveis para arcar com a totalidade da dívida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gabinete do Prefeito

A proposta prevê a possibilidade de redução de multa de dívida ativa e juros, de forma proporcional, conforme a modalidade aderida pelo contribuinte, ao passo que opte pela melhor condição para quitação de seu débito.

Neste sentido, a proposta tem por finalidade oportunizar e incentivar os Municípios quanto a regularização de sua situação fiscal junto ao Município, bem como viabilizar o incremento da receita tributária Municipal.

Desta forma, em razão da relevância da matéria a ser analisada e, pela costumeira atenção com que sempre recebe nossos pleitos e, na expectativa de acolhida e acatamento da presente proposta, solicitamos dar ciência aos demais pares e os encaminhamentos necessários à apreciação e votação, em **REGIME DE URGÊNCIA**, na forma do art. 56, da Lei Orgânica do Município de Cariacica e do art. 119, § 3º, inciso VII, do Regimento Interno dessa Augusta Casa.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos votos de alta estima e consideração à Vossa Excelência e aos demais pares dessa Casa de Leis.

Cordialmente,

Cariacica-ES, 24 de janeiro de 2020.


GERALDO LUZIA DE OLIVEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI N.º 004/2020

**INSTITUI NORMAS DE PARCELAMENTO
E PAGAMENTO DE CRÉDITOS DO
MUNICÍPIO DE CARIACICA INSCRITOS
EM DÍVIDA ATIVA.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARIACICA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições legais, encaminha à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES o seguinte Projeto de Lei:

**CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares**

Art. 1º. Esta Lei institui normas de parcelamento e de pagamento de créditos do Município de Cariacica inscritos em dívida ativa.

Art. 2º. O pagamento do débito poderá ser efetuado das seguintes formas:

- I - Pagamento à vista e integral do débito; e
- II - Pagamento parcelado do débito.

Parágrafo único. Considera-se pagamento à vista e integral do débito o pagamento total do crédito constituído, via documento de arrecadação municipal ou mediante utilização cartão de crédito e débito, aplicando-se as reduções previstas nesta Lei.

**CAPÍTULO II
Do Parcelamento**

**Seção I
Das Normas**

Art. 3º. Poderão ser pagos através de parcelamento, na forma estabelecida nesta Lei, os créditos do Município inscritos em Dívida Ativa, mediante assinatura do Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento ou, quando realizados via web, mediante o aceite.

Art. 4º. O parcelamento somente se efetiva com o pagamento da 1ª parcela e será formalizado mediante assinatura do Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, no qual deverá constar:

8.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gabinete do Prefeito

- I - identificação e assinatura do devedor ou responsável;
- II - número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do devedor e/ou do responsável;
- III - número de inscrição municipal e contato telefônico do devedor e/ou do responsável, inclusive endereço eletrônico (e-mail), se houver;
- IV - origem do débito, inclusive juros, multas e quaisquer outros acréscimos que deram origem a dívida;
- V - valor total da dívida;
- VI - número de parcelas concedidas;
- VII - valor de cada parcela;
- VIII - normas pertinentes ao parcelamento efetuado;
- IX - valor da parcela inicial ou 1ª parcela, bem como as demais parcelas comprometidas.

§ 1º. Poderá firmar também o Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento o possuidor a qualquer título, desde que, comprove essa qualidade perante a municipalidade.

§ 2º. Poderá também firmar Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento o herdeiro, desde que comprove essa qualidade perante a Fazenda Pública Municipal.

§ 3º. No caso de o devedor fazer-se representar por procurador, quando a opção for pelo parcelamento, será aceita a adesão por Mandato ou instrumento particular, conferindo poderes de representação junto à Fazenda Pública de Cariacica, para transigir, confessar dívidas, firmar Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento.

§ 4º. A celebração do Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento importa na assunção das obrigações e responsabilidades nele imposta, pelo signatário ou em seu nome.

Das Condições

Art. 5º. O parcelamento obedecerá às seguintes condições:

- I - No caso de pagamento de parcelas, após a data do vencimento estabelecida no Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, aplicam-se os percentuais de multa previstos no artigo 137 da Lei Complementar n.º 27, de 29 de dezembro de 2009 ou a que vier a substituí-la, acrescido de juros de mora.
- II - O não pagamento de 05 (cinco) parcelas consecutivas ou alternadas implicará no cancelamento do parcelamento e na antecipação de vencimento e retorno das parcelas restantes, com



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gabinete do Prefeito

a perda dos descontos concedidos, ensejando sua cobrança judicial ou extrajudicial, bem como o prosseguimento do respectivo processo nos casos em que houver execução fiscal em curso;

III - As condições acima estabelecidas não se aplicam à primeira parcela ou parcela inicial, as quais deverão ser pagas na data fixada no Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, previsto no art. 3º desta Lei;

IV - A quitação das parcelas vencidas deverá ocorrer dentro do prazo de vigência do parcelamento;

V - Em qualquer hipótese, ultrapassando o prazo de vigência de que trata o inciso anterior sem a quitação total do débito, ocorrerá o cancelamento do parcelamento com a perda dos descontos concedidos, bem como o retorno das parcelas não pagas;

Art. 6º. No caso de cancelamento previsto no inciso II do art. 5º, será permitida a repactuação do parcelamento, em cada fase de cobrança do débito, nas seguintes condições:

I - Pagamento integral e à vista de no mínimo 10% (dez por cento) do valor do débito remanescente;

II - Parcelamento do restante do débito segundo as condições previstas nesta Lei.

Parágrafo único. O não pagamento de 05 (cinco) parcelas consecutivas ou alternadas de débitos da repactuação previsto no caput deste artigo implicará no cancelamento do parcelamento e na sua cobrança judicial, sendo, contudo, admitida sua repactuação, mediante o pagamento do valor correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do reparcelamento na primeira parcela, independentemente dos valores correspondentes às parcelas subsequentes;

Seção II
Dos Prazos e Formas de Parcelamento

Art. 7º. O parcelamento poderá ser efetuado em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas para os débitos relacionados no art. 3º desta Lei.

Art. 8º. Os débitos a que se refere o artigo 3º desta Lei terão redução de multa de Dívida Ativa e juros na proporção abaixo descrita, com exceção do Imposto previsto no artigo 9º desta Lei:

a) em Parcela única com o pagamento no ato da adesão, com desconto de 85% (oitenta e cinco por cento) na multa de Dívida Ativa e nos juros quando pagos à vista e em parcela única;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gabinete do Prefeito

b) em até 12 (doze) vezes, com o pagamento da primeira parcela no ato da adesão, com desconto de 70% (setenta por cento) na multa de Dívida Ativa e nos juros, sendo que o valor mínimo da parcela não deverá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) por cadastro, para contribuinte pessoa física e R\$ 100,00 (cem reais) por cadastro, para contribuintes pessoa jurídica;

c) em até 24 (vinte e quatro) vezes, com o pagamento da primeira parcela no ato da adesão, com desconto de 60% (sessenta por cento) na multa de Dívida Ativa e nos juros, sendo que o valor mínimo da parcela não deverá ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais) por cadastro, para contribuinte pessoa física e R\$ 200,00 (duzentos reais) por cadastro, para contribuintes pessoa jurídica;

d) em até 48 (quarenta e oito) vezes, com o pagamento da primeira parcela no ato da adesão, com desconto de 50% (cinquenta por cento) na multa de Dívida Ativa e nos juros, sendo que o valor mínimo da parcela não deverá ser inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais) por cadastro, para contribuinte pessoa física e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por cadastro, para contribuintes pessoa jurídica;

e) em até 72 (setenta e duas) vezes, com o pagamento da primeira parcela no ato da adesão, com desconto de 40% (quarenta por cento) na multa de Dívida Ativa e nos juros, sendo que o valor mínimo da parcela não deverá ser inferior a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por cadastro, para contribuinte pessoa física e R\$ 800,00 (oitocentos reais) por cadastro, para contribuintes pessoa jurídica;

f) em até 96 (noventa e seis) vezes, com o pagamento da primeira parcela no ato da adesão, com desconto de 30% (trinta por cento) na multa de Dívida Ativa e nos juros, sendo que o valor mínimo da parcela não deverá ser inferior a R\$ 800,00 (oitocentos reais) por cadastro, para contribuinte pessoa física e R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) por cadastro, para contribuintes pessoa jurídica;

g) em até 120 (cento e vinte) vezes, com o pagamento da primeira parcela no ato da adesão, com desconto de 20% (vinte por cento) na multa de Dívida Ativa e nos juros, sendo que o valor mínimo da parcela não deverá ser inferior a R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) por cadastro, para contribuinte pessoa física e R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) por cadastro, para contribuintes pessoa jurídica;

Art. 9º. Os débitos de ITBI inscritos em Dívida Ativa terão desconto de 80% (oitenta por cento) na multa de Dívida Ativa e nos juros, podendo ser parcelado em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, sendo admitida parcela mínima para pagamento no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. A Certidão de Quitação de ITBI, prevista no art. 76 da Lei Complementar nº. 27/2009, somente será expedida após a quitação do parcelamento previsto no caput deste artigo.

Art. 10. Os valores dos débitos parcelados conforme disposto na presente Lei, serão atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou, por outro índice legalmente adotado pelo Município, enquanto o parcelamento firmado não estiver totalmente quitado.

§ 1º O valor de cada prestação vencida e não paga, será acrescido de multas por atraso e juros, conforme dispõe a legislação municipal em vigor.

CAPÍTULO IV
Das Disposições Transitórias

Art. 11 . Ficam mantidos os parcelamentos pactuados, até a data de vigência desta Lei.

Parágrafo único. A critério do contribuinte, os parcelamentos previstos no caput poderão ser repactuados na forma desta Lei, mediante o pagamento à vista do saldo remanescente.

CAPÍTULO V
Das Disposições Finais

Art. 12 . Esta Lei entra em vigor na data de 1º de janeiro de 2020.

Cariacica-ES, 24 de janeiro de 2020.


GERALDO LUZIA DE OLIVEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

